

# GRUPOS VULNERÁVEIS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

**Valéria Pero**

n.4

**Brasília 2010**





**GRUPOS VULNERÁVEIS  
NO MERCADO DE  
TRABALHO BRASILEIRO**

## **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI**

Presidente: *Armando de Queiroz Monteiro Neto*

## **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI**

### **Conselho Nacional**

Presidente: *Armando de Queiroz Monteiro Neto*

### **SENAI - Departamento Nacional**

Diretor Geral: *José Manuel de Aguiar Martins*

Diretora de Operações: *Regina Maria de Fátima Torres*



*Confederação Nacional da Indústria  
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
Departamento Nacional*

# **GRUPOS VULNERÁVEIS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO**

**Valéria Pero**

**n.4**

**Brasília 2010**



Modelo SENAI de Prospecção

**Série Cenários**

© 2010. SENAI – Departamento Nacional

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

SENAI/DN

**Unidade de Prospectiva do Trabalho - UNITRAB**

### Ficha Catalográfica

---

P453g

Pero, Valéria.

Grupos vulneráveis no mercado de trabalho brasileiro / Valéria Pero. – Brasília: SENAI.DN, 2010.

33p. (Série Cenários, n.4)

ISBN 978-85-7519-405-8

1. Brasil – Mercado de Trabalho 2. Desemprego 3. Mercado de Trabalho - Informalidade I. Título II. Série

CDU 331.5 (81)

---

**SENAI**

Serviço Nacional de  
Aprendizagem Industrial  
Departamento Nacional

**Sede**

Setor Bancário Norte  
Quadra 1 – Bloco C  
Edifício Roberto Simonsen  
70040-903 – Brasília - DF  
Tel.: (0xx61) 3317-9544  
Fax: (0xx61) 3317-9550  
<http://www.senai.br>

# Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Evolução da composição etária da população brasileira	13
Gráfico 2 – Variação da PEA por sexo e faixa etária (2001 e 2007)	14
Gráfico 3 – Evolução da participação da PEA por nível de escolaridade entre 2002 e 2006	15
Gráfico 4 – Evolução do nível de ocupação por faixa etária	15
Gráfico 5 – Evolução da composição da ocupação por nível de escolaridade (1992-2007)	16
Gráfico 6 – Evolução da renda real média no trabalho principal por faixa etária	16
Gráfico 7 – Evolução da renda real média no trabalho principal por nível de escolaridade (1992-2007)	17
Gráfico 8 – Evolução da taxa de desemprego por faixa etária no Brasil	18
Gráfico 9 – Taxa de desemprego por nível de escolaridade	18
Gráfico 10 – Evolução da composição do desemprego por nível de escolaridade no Brasil	19
Gráfico 11 – Composição dos trabalhadores ocupados por posição na ocupação - Brasil Metropolitano	26
Gráfico 12 – Taxa de permanência na posição na ocupação por grau de instrução	28

# Lista de Tabelas

Tabela 1 – Taxa de desemprego por faixa etária e nível de escolaridade	22
Tabela 2 – Percentual de desempregados em t e t+1 por faixa etária e nível de escolaridade	22
Tabela 3 – Probit – Probabilidade de estar desempregado e t e t+1 (12 meses depois)	23
Tabela 4 – Evolução da participação dos ocupados por posição na ocupação no Brasil	24
Tabela 5 – Renda real* média do trabalho principal por posição na ocupação no Brasil (pessoas com 15 anos ou mais)	25
Tabela 6 – Matriz de transição por posição na ocupação	27
Tabela 7 – Mobilidade entre quintis de renda por posição na ocupação – Brasil	28
Tabela 8 – Resultados da estimação da equação de primeiras diferenças por nível de escolaridade	29



# Sumário

## APRESENTAÇÃO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>EVOLUÇÃO RECENTE DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO</b>	<b>13</b>
<b>3</b>	<b>GRUPOS VULNERÁVEIS NO MUNDO DO TRABALHO</b>	<b>21</b>
3.1	Desemprego	21
3.2	Informalidade	24
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>31</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>33</b>



# APRESENTAÇÃO

Dando continuidade à divulgação da Série Cenários, temos o prazer de disponibilizar o estudo sobre os Grupos Vulneráveis no Mercado de Trabalho Brasileiro. O estudo serve de pano de fundo para uma discussão sobre o perfil dos indivíduos que acessam programas de formação profissional e compõe uma série de estudos realizados durante o processo de construção dos Cenários para Formação Profissional e Serviços Técnicos 2010-2024 e Tecnológicos elaborados pelo SENAI – DN.

Espera-se que este estudo possa ser mais um importante subsídio para discussões sobre o mercado de trabalho, o público-alvo da educação profissional, bem como para tomada de decisão quanto à formulação de políticas de formação profissional.

*José Manuel de Aguiar Martins*  
Diretor Geral do SENAI/DN



# 1 INTRODUÇÃO

A entrada no novo milênio foi marcada por mudanças no mercado de trabalho brasileiro. Na década de 90, houve um forte crescimento da informalidade das relações de trabalho, o que em alguma medida atenuou o problema do desemprego. Assim, o problema nesse período era mais associado à baixa qualidade dos postos de trabalho gerados do que propriamente de geração de emprego. Alguns anos após a entrada no novo milênio, o comportamento do mercado de trabalho mudou. Mais precisamente, a taxa de desemprego aumentou e, a partir de 2004, houve um aumento considerável do emprego formal. Em relação aos rendimentos reais médios do trabalho, estes vêm aumentando nos últimos anos, porém ainda não atingiram níveis de meados dos anos 90.

Assim, por um lado, o mercado de trabalho brasileiro na primeira década dos anos 2000 apresenta um aspecto muito negativo, com o aumento do desemprego, situação que leva à perda de bem-estar do trabalhador e, muitas vezes, de sua família. Por outro lado, aumenta a participação dos empregos com contrato formal de trabalho na ocupação total, que em geral garantem uma série de direitos e deveres aos trabalhadores e tendem a apresentar um salário mais alto, contribuindo assim para a melhora do bem-estar desses trabalhadores.

Esse comportamento do mercado de trabalho foi alterado pela crise internacional de final de 2008, acentuando os problemas de desemprego e renda que já estavam, em certa medida, presentes nessa década, apesar da recuperação de alguns indicadores do mercado de trabalho. Azevedo (2009) apresenta o índice do medo do desemprego, da CNI, como uma forma de medir se as pessoas se sentem muito ou pouco ameaçadas pelo desemprego. Verifica-se que é maior entre as mulheres e para os trabalhadores de escolaridade mais baixa. Além disso, está relacionado com o comportamento do emprego formal – quando este cresce, o medo do desemprego diminui. Corseuil e outros (2009) apresentam um estudo sobre as consequências da perda de um emprego formal, na medida em que o reemprego não é imediato e o tempo fora do setor formal afeta a remuneração do trabalhador ao ser reempregado.

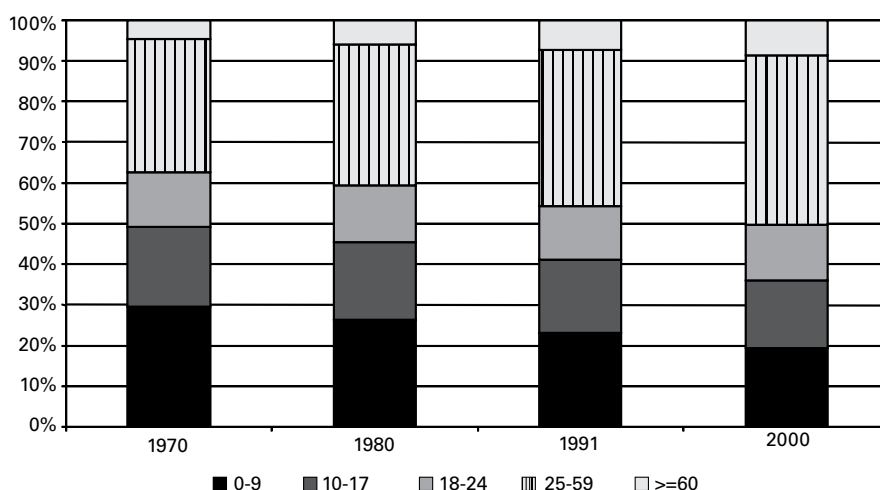
Nesse contexto, esse relatório apresenta uma análise da evolução recente do mercado de trabalho e, em seguida, a partir da análise de indicadores do desemprego e da informalidade por faixa etária e escolaridade, serão identificados grupos de trabalhadores mais vulneráveis no mercado de trabalho brasileiro.



## 2 EVOLUÇÃO RECENTE DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

A entrada no novo milênio foi acompanhada por transformações demográficas importantes no Brasil, com consequências sobre a inserção no mercado de trabalho. A redução consistente da taxa de natalidade e de fecundidade nos últimos 30 anos desacelerou a taxa de crescimento populacional vegetativo, mudando o perfil etário com envelhecimento da população brasileira (ver Gráfico 1). De maneira geral, essa transformação decorre do avanço socioeconômico, como a melhora nas condições de saúde, e de mudanças culturais, destacando-se a consolidação e o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, as quais, cada vez mais, vêm adiando a gravidez, reduzindo assim o número de filhos.

**Gráfico 1 – Evolução da composição etária da população brasileira**

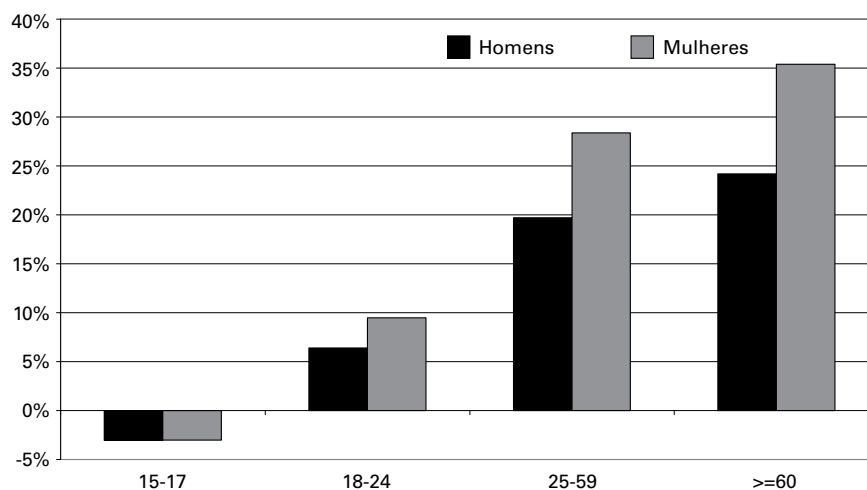


Fonte: Censo/IBGE.

Sobre o mercado de trabalho, segundo a PNAD/IBGE, verificou-se um crescimento da população economicamente ativa (PEA) de 19% entre o período de 2001 e 2007, sendo relativamente mais elevado entre pessoas de mais idade. O único grupo que reduziu a oferta de trabalho nesse período foi o de jovens de 15 a 17 anos. Tal resultado pode ser considerado um aspecto positivo, já que o adiamento da entrada no mercado de trabalho sinaliza, em geral, um prolongamento da escolarização e uma maior preparação para a inserção em postos mais qualificados no mundo do trabalho.

O Gráfico 2 revela que o comportamento da PEA para homens e mulheres seguiu a mesma direção para todas as faixas etárias, porém as mulheres aumentaram sua oferta de trabalho mais intensamente que os homens em todos os grupos de idade. O grupo de adolescentes reduziu a oferta de trabalho em 3% durante o período de análise para ambos os sexos.

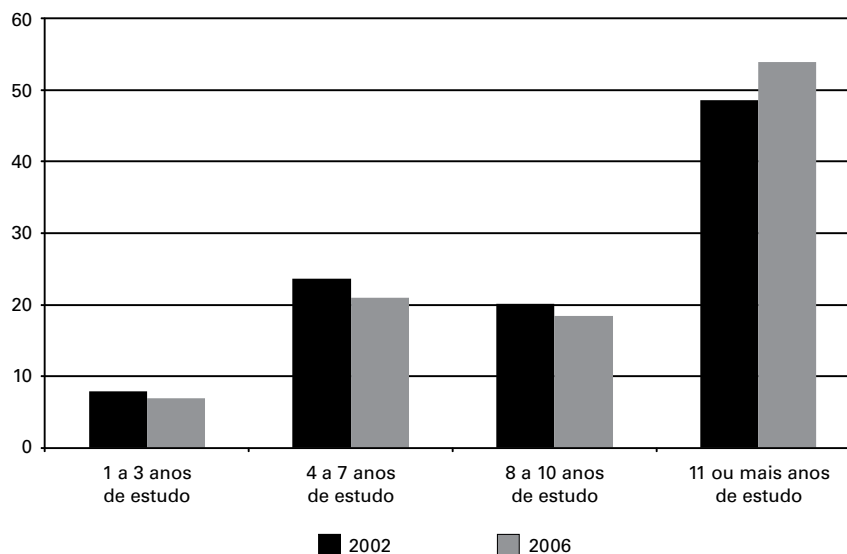
**Gráfico 2 – Variação da PEA por sexo e faixa etária (2001 e 2007)**



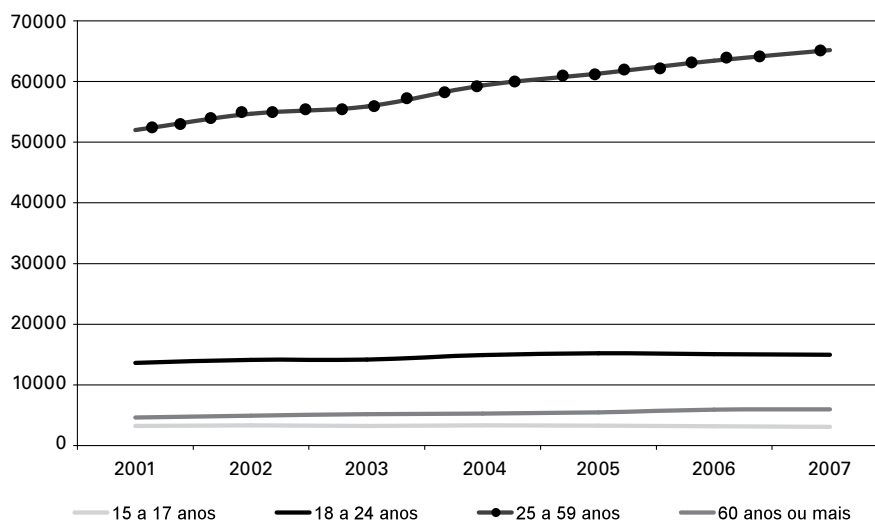
Fonte: PNAD.

A taxa de participação no mercado de trabalho pouco se alterou entre os anos de 2001 e 2007, permanecendo em torno de 73% para o país. Os grupos de trabalhadores mais jovens e mais velhos apresentaram redução da taxa de participação (o primeiro, devido à retração na oferta de trabalho por parte dos adolescentes, e o segundo, devido ao fator demográfico de crescimento de 30% do contingente de indivíduos com 60 anos ou mais). Vale destacar que o grupo de jovens de 18 a 24 anos de idade foi aquele que apresentou maior aumento da taxa de participação no período selecionado (3,7%).



**Gráfico 3 – Evolução da participação da PEA por nível de escolaridade entre 2002 e 2006**

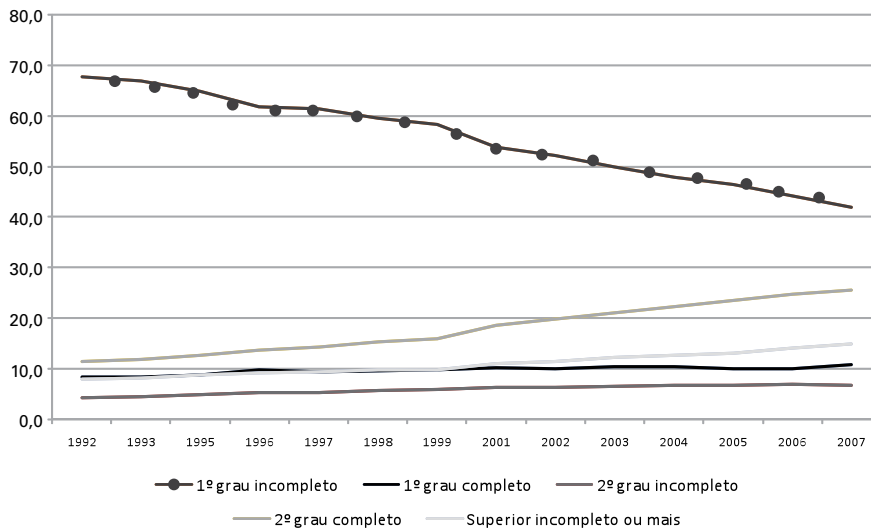
A análise da evolução dos indicadores do mercado de trabalho brasileiro entre 2001 e 2007 revela um aumento de 21% do nível de ocupação, sendo relativamente maior para as faixas etárias mais velhas. No entanto, para os jovens de 18 a 24 anos houve um crescimento relativamente menor, 10% apenas.

**Gráfico 4 – Evolução do nível de ocupação por faixa etária**

Fonte: PNAD.

Além disso, conforme poder ser visto no Gráfico 5, o grupo de trabalhadores com escolaridade menor que o ensino fundamental completo registrou uma queda contínua de sua participação na ocupação total. Em contrapartida, os outros grupos de escolaridade aumentaram, sobretudo a participação dos trabalhadores com 2º grau completo.

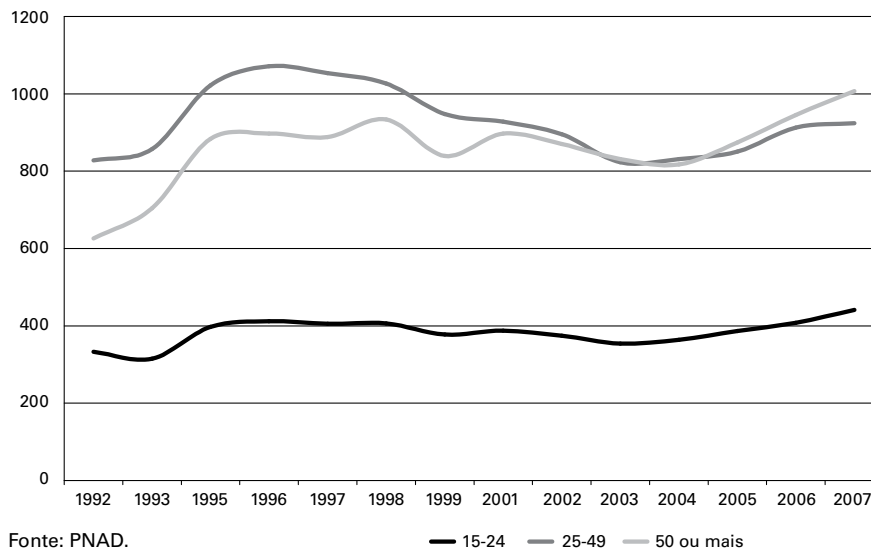
**Gráfico 5 – Evolução da composição da ocupação por nível de escolaridade (1992-2007)**



Fonte: PNAD.

Em relação à renda real média dos trabalhadores ocupados no mercado de trabalho brasileiro, o Gráfico 6 mostra um comportamento temporal semelhante entre as faixas etárias, porém com ganhos maiores para os trabalhadores com mais de 50 anos de idade.

**Gráfico 6 – Evolução da renda real média no trabalho principal por faixa etária**

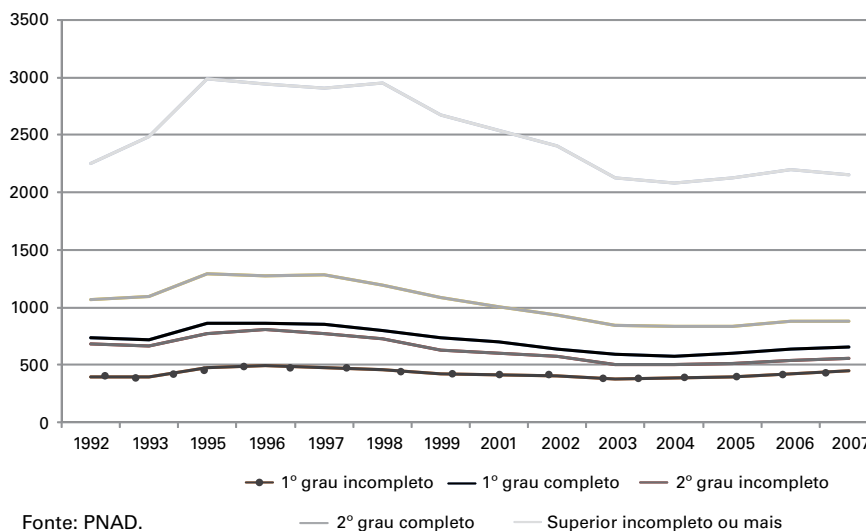


Fonte: PNAD.

A renda real média mostra um comportamento semelhante para os trabalhadores de diferentes níveis de escolaridade ao longo do tempo, registrando um crescimento até 1995, uma certa estagnação até 1998, em

seguida uma queda até 2003 e uma recuperação no final do período. Apesar do comportamento temporal semelhante entre os grupos, parece que houve uma melhora dos ganhos salariais para os grupos intermediários de escolaridade e uma diminuição para aqueles com nível superior. De qualquer maneira, fica claro no Gráfico 7 que o grupo de trabalhadores com escolaridade de nível superior ganham, em média, mais que o dobro daqueles que têm 2º grau completo.

**Gráfico 7 – Evolução da renda real média no trabalho principal por nível de escolaridade (1992-2007)**



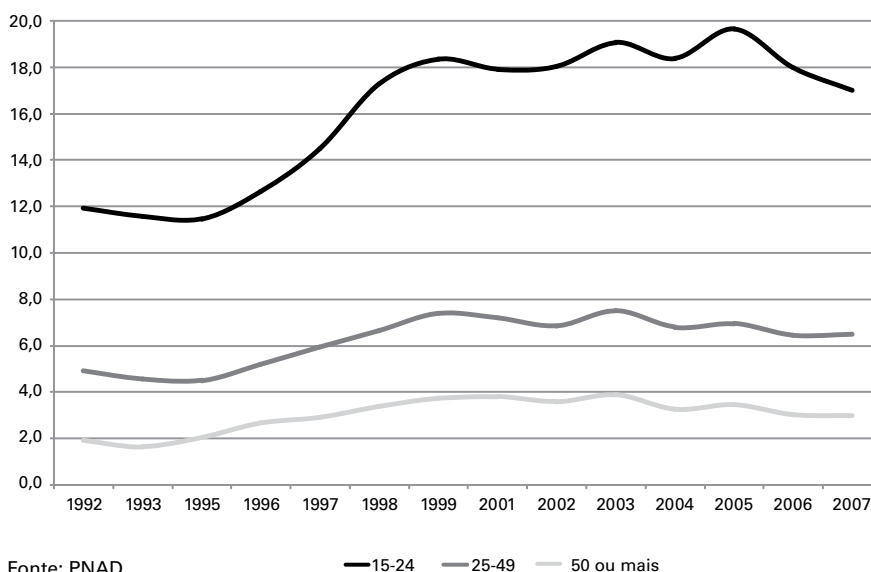
Fonte: PNAD.

Por fim, um importante indicador de desempenho do mercado de trabalho é a taxa de desemprego. No Brasil, houve um aumento considerável dessa taxa no final dos anos 90, que passou de 6,4% em 1992 para 9,7% em 1999, se mantém elevada até 2003 e, em seguida, registra queda contínua, atingindo 8,2% em 2007.

O Gráfico 8 mostra que a taxa de desemprego é decrescente à medida que se avança a faixa etária, ou seja, é mais alta para os jovens do que para as demais faixas etárias. Além de o patamar ser bem mais elevado entre os jovens, as curvas aparentam ser menos estáveis, isto é, mais suscetíveis aos choques econômicos. Esse problema do desemprego de jovens merece atenção dos formuladores de políticas públicas, porém deve-se levar em consideração o fato de que a duração do desemprego é menor que para os adultos, e a rotatividade, consideravelmente maior<sup>1</sup>.

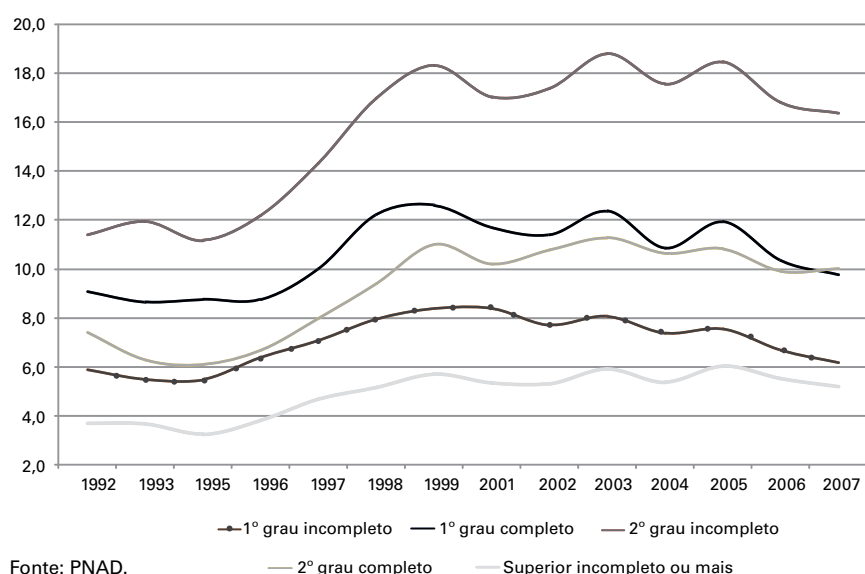
<sup>1</sup> Ver Flori (2002).

**Gráfico 8 – Evolução da taxa de desemprego por faixa etária no Brasil**



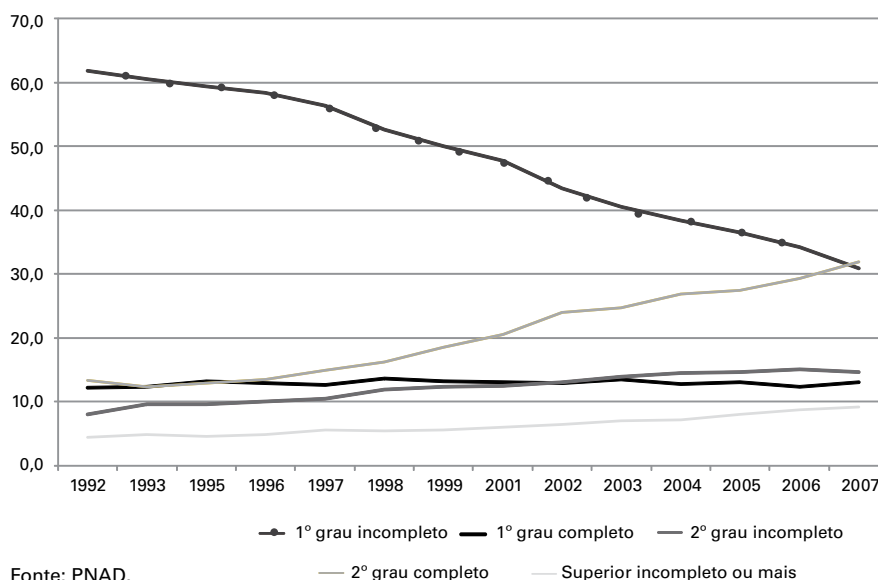
Conforme pode ser visto na figura a seguir, esse comportamento temporal da taxa de desemprego para todos os grupos de escolaridade é semelhante ao da média da taxa de desemprego. No entanto, a taxa de desemprego, apesar de ter aumentado para todos os grupos no período como um todo, permanece, praticamente, com a mesma diferença entre grupos, ou seja, o grupo de trabalhadores com 2º grau incompleto registra sempre a maior taxa de desemprego, e os trabalhadores com nível superior, a menor. A diferença entre esses grupos permanece aproximadamente a mesma, isto é, três vezes.

**Gráfico 9 – Taxa de desemprego por nível de escolaridade**



Vale destacar, no entanto, que, quando se analisa a composição do desemprego por grau de escolaridade, verifica-se uma mudança importante. O Gráfico 10 mostra que, no início do período, a maior parte dos desempregados eram trabalhadores com 1º grau incompleto (mais de 60%), e no final do período essa proporção caiu à metade, ficando ligeiramente abaixo dos trabalhadores com 2º grau completo.

**Gráfico 10 – Evolução da composição do desemprego por nível de escolaridade no Brasil**





## 3 GRUPOS VULNERÁVEIS NO MUNDO DO TRABALHO

A análise sobre a evolução recente do mercado de trabalho brasileiro mostra uma tendência à diminuição da renda real média e aumento da taxa de desemprego, apesar da visível melhora dos indicadores a partir de 2004. O objetivo desta seção é definir grupos de trabalhadores que estão em condição mais vulnerável no mercado de trabalho. Para tanto, foram considerados alguns indicadores de desemprego e informalidade, conforme apresentados em seguida.

### 3.1 Desemprego

A condição de desemprego representa uma situação de vulnerabilidade, uma vez que há um fracasso na busca por trabalho, gerando consequências sobre o bem-estar, tanto pelo problema econômico quanto pelos aspectos relacionados ao convívio social e à autoestima da pessoa. Para analisar os grupos de trabalhadores mais vulneráveis ao desemprego, foram consideradas a taxa de desemprego e a probabilidade de estar desempregado em determinado ano, dado que estava desempregado no ano anterior, por faixa etária e por nível de escolaridade.

A Tabela 1 revela, primeiramente, que a taxa de desemprego é mais elevada para os jovens de 15 a 24 anos (25%) e para os trabalhadores com ensino médio incompleto (16%). A taxa de desemprego é sempre mais elevada para os trabalhadores jovens para qualquer nível de escolaridade, sendo mais baixa para aqueles com nível superior (22%) e mais elevada para os trabalhadores com ensino médio incompleto (31%). Vale destacar que esse grupo de jovens com ensino médio incompleto apresenta a maior taxa de desemprego entre os grupos de trabalhadores, caracterizando um grupo mais vulnerável no mercado de trabalho.

Para as outras faixas etárias, a taxa de desemprego é decrescente à medida que avança a escolaridade, ou seja, para os adultos o problema para encontrar um trabalho é maior entre os trabalhadores com baixo nível de escolaridade. Para se ter uma ideia, a taxa de desemprego para os trabalhadores com mais de 40 anos com um a três anos de estudo é o dobro da dos trabalhadores com nível superior.

Os trabalhadores de 25 a 39 anos também apresentam esse perfil do desemprego decrescente à medida que se avança a escolaridade, porém as diferenças são menores. A taxa de desemprego passa de 13% para os trabalhadores com um a três anos de estudo e diminui para 9% para aqueles com nível superior. Esta taxa de desemprego é consideravelmente maior do que para os trabalhadores com mesmo nível de escolaridade, porém na faixa de 40 a 49 anos (5%) e com mais de 50 anos (3%).

**Tabela 1 – Taxa de desemprego por faixa etária e nível de escolaridade**

Taxa de desemprego	15 a 24	25 a 39	40 a 49	50 ou mais	Total
1 a 3 anos de estudo	24%	13%	9%	6%	10%
4 a 7 anos de estudo	27%	12%	8%	5%	11%
8 a 10 anos de estudo	31%	11%	7%	5%	16%
11 ou mais anos de estudo	22%	9%	5%	3%	10%
<b>Total</b>	<b>25%</b>	<b>10%</b>	<b>6%</b>	<b>5%</b>	<b>11%</b>

Fonte: PME 2002 a 2007.

Conforme pode ser visto na Tabela 2, os trabalhadores jovens são os que apresentam maior probabilidade de estar desempregados. Trinta e um por cento dos jovens de 15 a 24 anos desempregados em determinado ano entre 2002 e 2007 estavam desempregados no ano anterior. Essa probabilidade é decrescente à medida que avança a idade, passando a vinte e um por cento para pessoas com mais de 50 anos.

No caso da análise por escolaridade, verifica-se que o grupo com maior probabilidade de desemprego é dos trabalhadores com escolaridade mais elevada, sendo ligeiramente maior para os trabalhadores com ensino médio incompleto do que para aqueles com nível superior.

**Tabela 2 – Percentual de desempregados em t e t+1 por faixa etária e nível de escolaridade**

% Desemprego em t e t+1	15 a 24	25 a 39	40 a 49	50 ou mais	Total
1 a 3 anos de estudo	29%	28%	20%	26%	26%
4 a 7 anos de estudo	29%	23%	24%	18%	24%
8 a 10 anos de estudo	32%	26%	25%	23%	30%
11 ou mais anos de estudo	32%	28%	26%	19%	29%
<b>Total</b>	<b>31%</b>	<b>26%</b>	<b>24%</b>	<b>21%</b>	<b>28%</b>

Fonte: PME 2002 a 2007.



Provavelmente, esses dois resultados estão relacionados na medida em que são os jovens que estão mais presentes no ensino médio e superior. Por isso, foi estimado um modelo probit para a probabilidade de um indivíduo desempregado em  $t$  estar desempregado em  $t+1$ , com intuito de isolar o efeito da faixa etária, do nível de escolaridade, da região metropolitana de residência e do sexo. Os resultados podem ser vistos na Tabela 3 e mostram, primeiramente, que a probabilidade de ficar desempregado no ano seguinte é crescente e significativa com o nível de escolaridade.

Esse resultado deve ser visto, por um lado, pela maior possibilidade desses trabalhadores jovens estarem na busca de emprego e apresentarem maior rotatividade. Por outro lado, pode indicar uma maior dificuldade em encontrar trabalho condizente com as expectativas do maior investimento em escolaridade, o que levaria a definir o grupo de jovens com elevada escolaridade com potencial vulnerabilidade no mundo do trabalho, especialmente no futuro.

**Tabela 3 – Probit – Probabilidade de estar desempregado e  $t$  e  $t+1$  (12 meses depois)**

Variáveis*	Coef.	Std. Err.	z	P>Z	[95% Conf.	Interval]
4 a 7 anos de estudos	-.0056467	.0277018	-0.20	0.838	-.0599412	.0486479
8 a 10 anos de estudo	.0557204	.027621	2.02	0.044	.0015842	.1098565
11 ou mais anos de estudo	.0676622	.0260739	2.60	0.009	.0165582	.1187662
25 a 39	-.3798747	.0146034	-26.01	0.000	-.4084969	-.3512525
40 a 49	-.6282826	.0194625	-32.28	0.000	-.6664285	-.5901367
50 ou mais	-1.052.605	.0245696	-42.84	0.000	-1.100.761	-1.004.449
Salvador	.2212846	.0242595	9.12	0.000	.1737369	.2688323
BH	-.2544239	.0245034	-10.38	0.000	-.3024497	-.2063981
RJ	.0039188	.0219215	0.18	0.858	-.0390465	.0468842
SP	.0692244	.0215986	3.21	0.001	.0268919	.1115569
POA	-.2536325	.0263234	-9.64	0.000	-.3052256	-.2020395
Homem	-.0962303	.0127017	-7.58	0.000	-.1211251	-.0713355
Constante	-1.599.904	.031192	-51.29	0.000	-1.661.039	-1.538.768

Fonte PME, 2002 2007.

\*Referencias:1 a 3 anos de estudo, 15 a 24 anos de idade, Recife e mulheres.

A Tabela 3 revela, como era de se esperar, que a probabilidade de ficar desempregado é decrescente com o avanço da idade. Como foi visto anteriormente, os jovens de 15 a 24 anos representam o grupo com maior probabilidade de ficar desempregado.

Além disso, a tabela mostra que, nas regiões metropolitanas do sul do Brasil, essa probabilidade é menor do que nas regiões do Nordeste e que os homens apresentam uma probabilidade menor que as mulheres de ficar desempregados, uma vez que estiveram desempregados no ano anterior.

## 3.2 Informalidade

O mercado de trabalho brasileiro é caracterizado por uma participação elevada de postos de trabalho informais, definidos pelo emprego sem carteira de trabalho e pelo trabalho por conta própria. Esses tipos de inserção no mercado de trabalho são considerados mais precários, pois tendem a ser mais instáveis e a registrar uma remuneração relativamente menor quando comparados trabalhadores com características semelhantes.<sup>2</sup>

Conforme pode ser visto na Tabela 4, houve um aumento da participação do emprego formal a partir de 1999, atingindo 36% dos ocupados no Brasil em 2007. A importância do setor informal pode ser visto pelo seu peso na ocupação total, em que empregados sem carteira e trabalhadores por conta própria representam 44% dos ocupados no mercado de trabalho brasileiro em 2007.

**Tabela 4 – Evolução da participação dos ocupados por posição na ocupação no Brasil**

Posição na ocupação (%)	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Empregado com carteira	32,4	31,8	31,1	31,7	31,5	31,2	30,3	32,3	32,1	32,7	33,5	34,3	34,9	36,3
Militar	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Funcionário Público	6,0	6,1	6,6	6,6	6,3	6,3	6,5	6,3	6,3	6,4	6,5	6,2	6,5	6,7
Empregado sem carteira	21,7	22,6	22,1	23,0	22,7	23,0	23,0	24,1	24,3	23,5	24,0	23,5	23,3	22,7
Conta própria	22,6	22,5	23,4	23,0	23,4	23,6	23,8	22,7	22,6	22,7	22,0	21,8	21,3	21,2
Empregador	3,9	3,8	4,1	3,8	4,2	4,2	4,2	4,3	4,3	4,3	4,2	4,3	4,6	3,9
Auto consumo	4,9	4,8	4,6	4,3	4,4	4,3	4,4	3,8	4,0	4,2	3,8	4,3	4,3	4,2
Não reenumerado	8,0	8,0	7,7	7,2	7,1	6,9	7,3	6,1	6,1	5,9	5,6	5,3	4,8	4,7

Fonte: Elaborado pelo IETS a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

A Tabela 5 apresenta a evolução da renda real média por posição na ocupação e revela que as médias dos salários dos empregados com carteira de trabalho assinada e dos funcionários públicos são superiores às médias dos salários dos empregados

<sup>2</sup> Para maiores detalhes ver Curi; Menezes-Filho (2004), Fontes; Pero (2008), entre outros artigos sobre segmentação no mercado de trabalho brasileiro.

sem carteira e das rendas dos trabalhadores por conta própria. Os empregadores apresentam a média de remuneração mais elevada do mercado de trabalho.

Essas diferenças não mudam muito ao longo do tempo, apesar de em 2007 a média dos salários dos empregados com carteira e dos funcionários públicos ser mais baixa que em 1999. Entretanto, para os trabalhadores informais a renda média de 2007 é superior à de 1999.

**Tabela 5 – Renda real\* média do trabalho principal por posição na ocupação no Brasil (pessoas com 15 anos ou mais)**

Posição na ocupação	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Empregado com carteira	908	906	1016	1018	1025	1034	956	922	904	839	839	869	911	929
Militar	1281	1205	1580	1662	1581	1717	1690	1752	1677	1445	1411	1403	1502	1580
Funcionário Público	1088	1156	1416	1412	1449	1484	1434	1469	1455	1338	1364	1441	1610	1647
Empregado sem carteira	323	333	436	471	470	484	449	467	455	413	423	448	470	494
Conta própria	622	687	842	938	866	818	761	749	701	660	660	668	708	800
Empregador	2283	2653	3301	3518	3376	3244	2921	2838	2770	2583	2544	2635	2853	2863

Fonte: Elaborado pelo IETS a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

\*Valores expressos em Reais de 2006.

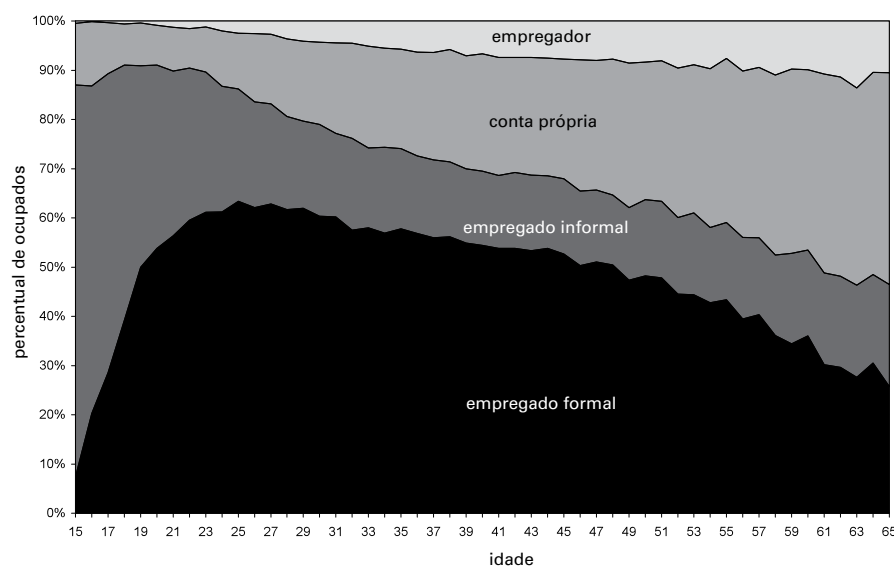
Vale, no entanto, diferenciar esses segmentos no mercado de trabalho ao longo do ciclo de vida. Conforme pode ser visto no Gráfico 11, a formalização do emprego ocorre com o avançar da idade. Entre 15 e 25 anos de idade, a participação do emprego com carteira de trabalho assinada é multiplicada por 10, passando de 6% para 63%, seu ponto máximo. A partir dos 25 anos de idade, há uma tendência de queda do emprego formal e, no final da vida ativa, a participação é de menos de 30%.

O emprego sem carteira é sobrerrepresentado entre os jovens, representando uma “porta de entrada” no mercado de trabalho. Aos 15 anos de idade, 70% dos trabalhadores ocupados são empregados sem carteira de trabalho assinada. Com o aumento da idade, esse percentual diminui continuamente até estabilizar em menos de 20% a partir dos 28 anos de idade. A fatia de empregados sem carteira de trabalho se mantém em torno de 15% a 20% dos 30 anos até o final da vida ativa.

Em compensação, a inserção por conta própria e como empregador é crescente com a idade, representando uma “porta de saída” do mercado de trabalho. Nos primeiros anos da vida ativa, o trabalho por conta própria

representa menos de 10% dos ocupados. Com o passar dos anos, essa proporção cresce consecutivamente até chegar a 40% dos ocupados com mais de 60 anos. Os empregadores têm uma tendência parecida, sendo que o peso é bem menor. No início da vida ativa, a proporção de empregadores é praticamente inexistente. Por volta dos 30 anos, representa 4% dos trabalhadores; aos 40 anos, cerca de 8%; e a partir dos 50, um a cada dez ocupados são empregadores. Para os trabalhadores com mais de 60 anos, a proporção de empregadores e trabalhadores por conta própria supera a dos empregados.

**Gráfico 11 – Composição dos trabalhadores ocupados por posição na ocupação - Brasil Metropolitano**



Fonte: PME/IBGE, 2002 a 2007.

A análise da Tabela 6 com a matriz de transição dos trabalhadores entre as posições na ocupação no período de um ano revela que o grupo com menor mobilidade entre as posições na ocupação é o de empregados formais, visto que 91,5% continuam na mesma posição no ano seguinte. Nota-se que mais de 40% dos empregados sem carteira de trabalho assinada mudam de posição no ano seguinte. Embora a mobilidade entre emprego informal e formal seja a mais alta entre as posições na ocupação de origem, apenas 25% dos empregados sem carteira de trabalho assinada migram para um emprego formal no ano seguinte.<sup>3</sup> Os outros 17% empregados sem carteira mudam para outros tipos de inserção, principalmente para o trabalho por conta própria (14,7%) no ano seguinte.

<sup>3</sup> Esse percentual é um pouco mais alto do que os apresentados por Curi e Menzes-Filho (2006) nas décadas de 80 e 90 (22,8% e 21,2%, respectivamente), reflexo da formalização dos postos de trabalho que vem ocorrendo na década atual.

**Tabela 6 – Matriz de transição por posição na ocupação**

Posição na ocupação		Posição t+1			
		Emprego formal	Emprego informal	Conta própria	Empregador
Posição t	Emprego formal	<b>91,5</b>	5,4	2,3	0,7
	Emprego informal	25,1	<b>57,4</b>	14,7	2,4
	Conta própria	6,2	11,2	<b>75,0</b>	6,9
	Empregador	5,5	5,6	23,1	<b>64,8</b>

Fonte: PME, 2002 a 2007.

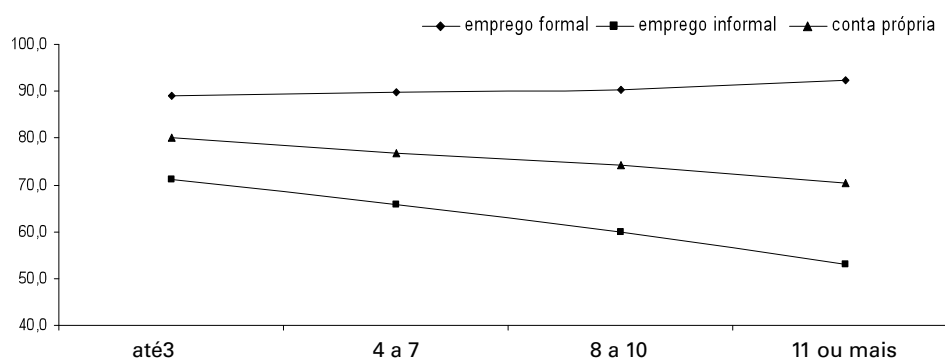
Com relação aos trabalhadores por conta própria, a imobilidade é maior que a dos empregados informais, visto que 75% permanecem na mesma posição um ano depois. Quando eles mudam de posição, as transições mais frequentes são para o emprego sem carteira de trabalho assinada (11,2%) e para empregador (7%). Apenas 6% dos trabalhadores por conta própria vão para um emprego formal no ano seguinte.

Esses resultados estão de acordo com a composição desses dois segmentos por idade, conforme visto anteriormente. Em outras palavras, como o emprego sem carteira é sobrerrepresentado entre os jovens e esse grupo apresenta uma rotatividade maior, a permanência no emprego sem carteira é a mais baixa. Já para os trabalhadores por conta própria, a sobrerrepresentação nas faixas etárias mais velhas podem explicar esse percentual relativamente elevado de permanência nessa posição na ocupação.

Esses resultados revelam, portanto, que as formas de inserção na atividade econômica que não possuem um contrato formal de trabalho possuem um tempo de permanência inferior. No entanto, isso não significa dizer que os trabalhadores migram para o segmento formal do mercado de trabalho, pelo menos no curto prazo, pois uma parcela considerável dos empregados sem carteira transita para o trabalho por conta própria e vice-versa, permanecendo, portanto, sem contrato formal de trabalho.

Analisando o tempo de permanência nas posições na ocupação por escolaridade através do Gráfico 12, percebe-se que a taxa de permanência no emprego formal é praticamente igual para todos os níveis de escolaridade dos trabalhadores, em torno de 90%. Já nas ocupações que não possuem contrato formal de trabalho, as taxas são menores e decrescentes à medida que avança a escolaridade. Ou seja, o trabalho por conta própria e o emprego informal são menos transitórios para as pessoas com níveis de escolaridade mais baixos.

**Gráfico 12 – Taxa de permanência na posição na ocupação por grau de instrução**



Fonte: PME/IBGE.

Através do painel da PME/IBGE também é possível analisar a mobilidade de renda dos trabalhadores, isto é, a evolução dos mesmos trabalhadores nos quintis da distribuição de renda entre o período de origem (1ª entrevista) e de destino (um ano depois). Considerando a posição na ocupação de origem, conforme pode ser visto na Tabela 7, a taxa de imobilidade de renda dos trabalhadores entre os quintis de renda é de 62,3%. Em outras palavras, 62,3% dos ocupados permanecem no mesmo quintil de renda de um ano para o outro. O trabalho por conta própria é a posição na ocupação com menor taxa de imobilidade, portanto, maior risco de renda. Cerca de 57% dos trabalhadores por conta própria ficam no mesmo quintil de renda após um ano. Dos 43% que se movem entre os quintis, a chance de ganhar ou perder posição na distribuição de renda é praticamente a mesma (22%). O emprego formal e o informal registram melhor *performance*, visto que têm maior probabilidade de, pelo menos, se manterem no mesmo quintil de renda após um ano.

**Tabela 7 – Mobilidade entre quintis de renda por posição na ocupação – Brasil**

Posição t	Mobilidade de renda			Total
	Descendente	Imobilidade	Ascendente	
Emprego formal	17,2	64,8	18,0	100
Emprego informal	15,7	60,3	24,0	100
Conta própria	21,1	57,1	21,8	100
Empregador	23,7	64,2	12,1	100
Total	18,3	62,3	19,4	100

Fonte: PME, 2002 a 2007.

A Tabela 8 apresenta os diferenciais por nível de escolaridade do trabalhador. Primeiramente, o ganho de renda ao deixar de ser trabalhador por conta própria e

se tornar um empregado formal é decrescente à medida que avança a escolaridade. O efeito desta transição passa de 26% para aqueles que têm até 3 anos de estudo a 15,5% para os que possuem de 8 a 10 anos de estudo e torna-se não significativo para quem tem 11 anos de estudo ou mais. Da mesma forma, o caminho de volta, i.e., a transição do emprego formal para o trabalho por conta própria tem um efeito negativo nos rendimentos de cerca de 19% para os que não completaram o primeiro grau e de 7,5% para o grupo com o segundo grau completo. Esses resultados indicam que possivelmente o trabalho por conta própria para os trabalhadores menos escolarizados pode não ser uma escolha voluntária, mas uma imposição do mercado de trabalho.

Com relação à transição do emprego informal para o formal, a relação com a escolaridade não é tão direta. Se por um lado os ganhos da formalização do contrato de trabalho são crescentes com escolaridade, por outro, a transição do emprego formal para o informal representa uma perda maior para os trabalhadores com escolaridade mais baixa, da ordem de 9,5%.

**Tabela 8 – Resultados da estimação da equação de primeiras diferenças por nível de escolaridade**

Variável dependente: variação do log da renda-hora real	até 3	4 a 7	8 a 10	11 ou mai	Total
conta própria para emprego formal	0.263*** (0.0638)	0.214*** (0.0428)	0.155*** (0.0455)	0.0289 (0.0303)	0.120*** (0.0208)
emprego formal para conta própria	-0.181*** (0.0658)	-0.210*** (0.0381)	-0.124** (0.0562)	-0.0751** (0.0342)	-0.129*** (0.0222)
emprego formal para emprego informal	-0.0492 (0.0333)	-0.0951*** (0.0188)	-0.0488* (0.0250)	-0.0408** (0.0160)	-0.0562*** (0.0105)
emprego informal para emprego formal	0.0189 (0.0273)	0.0598*** (0.0168)	0.0785*** (0.0215)	0.110*** (0.0141)	0.0850*** (0.00921)
	(0.162)	(0.101)	(0.0869)	(0.0480)	(0.0395)
2003	0.00178 (0.0214)	0.00190 (0.0120)	0.00391 (0.0139)	-0.0104 (0.00853)	-0.00358 (0.00597)
2004	0.0324 (0.0204)	0.0133 (0.0115)	0.0189 (0.0135)	0.00341 (0.00822)	0.0109* (0.00574)
2005	-0.00759 (0.0210)	-0.00662 (0.0117)	0.0142 (0.0133)	0.0174** (0.00805)	0.00875 (0.00571)
2006	-0.0244 (0.0256)	0.0162 (0.0136)	0.00661 (0.0159)	0.00702 (0.00931)	0.00593 (0.00667)
Constante	0.0999*** (0.0172)	0.0912*** (0.00947)	0.0818*** (0.0110)	0.0742*** (0.00666)	0.0818*** (0.00469)
Observações	6914	20725	14716	43732	86257
R <sup>2</sup>	0.011	0.011	0.010	0.008	0.008

Erros padrão robustos em parênteses \*\*\*p<0.01 \*\*p<0.05, \*p<0.1.

Nota: as categorias omitidas são os ocupados que não mudaram de posição na ocupação no período de 12 meses.

Fonte: PME-IBGE, 2002 a 2007.





## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de indicadores de desemprego e informalidade no mercado de trabalho por nível de escolaridade e faixa etária revelou alguns grupos de trabalhadores que são mais atingidos pelas mudanças no mercado de trabalho. Tais grupos devem ser levados em consideração na decisão do público-alvo de determinadas políticas públicas de emprego e renda que visem a minimizar as consequências negativas sobre o bem-estar dos trabalhadores mais vulneráveis no mercado de trabalho.

Por exemplo, os indicadores de desemprego mostram que a taxa de desemprego é bem mais elevada entre os jovens com escolaridade no nível de ensino médio. Para esse grupo, a taxa de desemprego é de 31%. É claro que a rotatividade deve ser bastante elevada, atenuando as consequências do desemprego. Entretanto, como a escolaridade tem aumentado continuamente, principalmente entre os jovens, aqueles que precisam de emprego enquanto estudam ou terminam seus estudos no ensino médio encontram mais dificuldades de inserção no mundo do trabalho. Esse grupo deveria ser alvo privilegiado de programas que visem a aumentar a chance de emprego, se possível de boa qualidade com nível técnico, a partir de ação combinada entre intermediação de mão de obra e formação profissional.

Para os trabalhadores adultos, o quadro é diferente, ou seja, o problema do desemprego é maior entre aqueles com baixa escolaridade. De fato, quando se analisam os diferenciais de rendimentos quando o trabalhador passa de um emprego formal para um trabalho por conta própria, a perda é mais elevada para quem tem baixa escolaridade. Essa análise em conjunto sugere que essa parte dos trabalhadores por conta própria estão na informalidade porque foi a maneira encontrada para adquirirem seu sustento, uma vez que não encontram um emprego formal, e não devido a preferências por um trabalho mais independente e com flexibilidade de horário.

Assim, políticas voltadas ao combate à pobreza a partir de uma melhora no funcionamento do mercado de trabalho devem ter como público-alvo os trabalhadores por conta própria de baixa escolaridade. Isso poderia ser perseguido a partir de duas vias.

A primeira pela melhora na inserção no mercado de trabalho formal, com programas que diminuam as barreiras que impedem este grupo de migrar para um emprego formal. Com as exigências cada vez maiores quanto à qualificação, as dificuldades de acesso ao emprego formal para esses trabalhadores são crescentes. Educação e formação profissional podem contribuir para melhorar a inserção desse grupo no futuro.

A segunda está relacionada à melhora na capacidade de investimento nos empreendimentos desse segmento, se possível capacitando-os para torná-los empregadores, uma vez que a remuneração tende a aumentar consideravelmente para este grupo. O desafio consiste em estimular a iniciativa individual e dos microempreendedores, tornando-os mais competitivos, qualificados e inovadores. O leque de políticas com esse objetivo deve incluir investimentos em capital humano, proteção social, mas também iniciativas que promovam o acesso a crédito e a serviços produtivos.

# REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. O índice de medo do desemprego. **Boletim Mercado de Trabalho, Conjuntura e Análise**, n. 40, ago. 2009.

CORSEUIL, Carlos Henrique L.; DIAS, C. F.; FOGUEL; R. M.; SANTOS, D. Consequências da perda de um emprego formal no Brasil. **Boletim Mercado de Trabalho. Conjuntura e Análise**, n. 40, ago. 2009.

CURI, A. Z.; MENEZES-FILHO, N. A. O mercado de trabalho brasileiro é segmentado?: alterações no perfil da informalidade e nos diferenciais de salários nas décadas de 1980 e 1990. **Estudos econômicos**, São Paulo, 36(4), p. 867-899, out./dez. 2006.

PERO, V.; FONTES, A. Trabalho por conta própria e mobilidade de renda no Rio de Janeiro. **Boletim Fórum de Microfinanças**, n. 8, maio 2008.

**SENAI/DN**

**Unidade de Prospectiva do Trabalho – UNITRAB**

*Luiz Antonio Cruz Caruso*

Gerente-Executivo

*Marcio Guerra Amorim*

Revisão Técnica

**SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS – SSC**

**Área Compartilhada de Informação e Documentação – ACIND**

*Renata Lima*

Normalização

*Vitor Boaventura*

Produção Editorial

---

*Valéria Pero*

Elaboração

*Ronaldo Santiago*

Revisão Gramatical

*EstudioAB*

Editoração









*Confederação Nacional da Indústria  
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
Departamento Nacional*

ISBN 978-85-7519-405-8



9 788575 194058 >